

PARA LER AS ENTREVISTAS

Maria Helena Souza Patto

Este livro é feito dos relatos de trinta e cinco homens e mulheres, adolescentes ou adultos, a respeito de suas formas de viver a presença ou a ausência em suas vidas das políticas públicas nas áreas do trabalho, da educação, da habitação, da cultura e do lazer, da segurança e da saúde.¹ São trabalhadores empregados ou desempregados; são usuários ou funcionários de serviços públicos de saúde e de educação; são sem-teto e moradores em favelas ou conjuntos habitacionais; são artistas populares ou consumidores de produtos da indústria cultural; são adolescentes que passaram pela FEBEM ou que habitam bairros periféricos cujo cotidiano é marcado pelos desmandos da polícia e pela lógica do tráfico de drogas.²

Numa sociedade profundamente desigual e opressiva, é difícil entender as razões dos que são designados como “classe baixa”. A detração dessas pessoas pela perversidade cotidiana da *mídia* – que as apresenta, sem nenhum respeito, como destituídas de inteligência, de moral e de sanidade – aumenta-a ainda mais. Assim, para entender os motivos que as levam a dizer o que dizem, da forma como o dizem, é preciso situá-las não só na hierarquia social vigente, mas também no momento econômico e político atual, “neoliberal”, que dá precedência ao mercado como regulador da vida social, e “globalizado”, pois o capital não tem mais pátria e está onde quer que a extração da mais-valia seja maior. Como substrato dessa lógica, cresce a indiferença pela injustiça, pelo sofrimento e pela barbárie que ela alimenta.

¹ Por “política pública” estamos entendendo um conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução, ou seja, um conjunto articulado de decisões de governo, visando fins previamente estabelecidos a serem atingidos através de práticas encadeadas e globalmente programadas. *Apud* Augusto (1989), p. 106.

² As entrevistas foram feitas entre julho de 2001 e dezembro de 2005. Mais da metade dela (14, do total de 25) foi realizada entre os anos de 2001 e 2002; seis entrevistas foram realizadas em 2003; apenas cinco entrevistas foram feitas nos anos de 2004 e 2005. Os nomes de alguns depoentes são fictícios, quer a pedido deles, quer quando não foram consultados a respeito. Os nomes verdadeiros só foram mantidos quando houve solicitação expressa do entrevistado nesse sentido.

Se considerarmos que, nas sociedades industriais capitalistas, o âmbito do que se qualifica como público não é definido de maneira isenta pelo Estado e que, embora voltado para um abstrato interesse geral, ele privilegia interesses privados, o que dizer dos resultados desse estado de coisas num país em que “as Constituições são feitas para não serem cumpridas e as leis existem para serem violadas” são “fenômeno corrente, em proveito de indivíduos e oligarquias”³? O que esperar do Estado “numa sociedade iníqua, na qual vivemos ao ritmo de uma das desigualdades econômicas mais revoltantes do mundo”⁴? O que ocorre com a maioria numa história política em que “o povo sempre foi zelosamente afastado dos direitos cívicos de cidadania”, como afirmou Florestan Fernandes, e o maior progresso em matéria de promoção da cidadania se deu, como observou Milton Santos, no campo dos direitos do consumidor?⁵

No entanto, para entender o recente e vertiginoso aprofundamento da desigualdade inerente às sociedades capitalistas, não basta entender o que ocorre na relação de classes e na política do Estado brasileiro em si mesmo; faz-se imprescindível verificar como as instituições financeiras internacionais contribuem para reduzir ainda mais a presença do Estado na garantia dos direitos sociais, pela interferência no financiamento e na definição de objetivos das políticas públicas. Num mundo em que a economia de mercado é marca profunda na vida social e individual e predominam os interesses de empresas financeiras transnacionais, um número crescente de pessoas é “desfuncionalizado”. Descartado ou descartável, o trabalho de milhões de habitantes do planeta já não é mais necessário ao capital na era dos jogos financeiros gerenciados, em escala mundial, por uns poucos que moldam a economia e detêm o poder. Desnecessários como força de trabalho, para que garantir-lhes direitos? Está preparado o terreno para o aprofundamento do descaso pelo direito ao trabalho, à escola, à saúde, à habitação, aos bens culturais, ao respeito social e à segurança pessoal. Está preparado o terreno para o predomínio da ação do aparato repressivo do Estado. Juntas e inextricáveis, a história social e política perversa do país e a história igualmente perversa do capitalismo internacional fizeram com que entrássemos no século XXI com 54 milhões de habitantes abaixo do nível da pobreza, dos quais 15 milhões abaixo do nível da miséria. Diante desse quadro, não há o que comemorar.

³ Buarque de Holanda (1982), p. 136.

⁴ Candido (1995), p. 28.

⁵ Direito, aliás, restrito num país em que a maioria está mergulhada na pobreza e não tem acesso à justiça; direito estranho, que “acaba tão logo a mercadoria é consumida”, como observa com perspicácia Ecléa Bosi (comunicação pessoal).

A jornalista francesa Viviane Forrester resume este quadro em *O Horror Econômico*: como analistas e manipuladores de símbolos, os homens que decidem perdem de vista o homem comum e se tornam cada vez mais abstratos e invisíveis, embora orquestrem, com mão de ferro, as condições de vida no planeta. Este domínio não se dá diretamente, mas por meio dos poderes estatais locais que, presos a metas econômico-financeiras contratadas com organismos financeiros internacionais, priorizam o pagamento dos juros de dívidas astronômicas regulamentadas por contratos leoninos e ficam à mercê da agiotagem e da ditadura econômica das grandes fortunas internacionais. No plano ideológico, instala-se a crença de que “fora do clube liberal, não há salvação”. “Remédios amargos” são prescritos como necessários à criação de um “país competitivo”⁶. É assim que, na farmácia dos governantes, são preparadas fórmulas que cortam o orçamento, bloqueiam verbas para a implantação de políticas públicas de talhe social e tornam ainda mais amarga a vida da maioria.

Tomemos um exemplo: segundo pesquisa recente, quanto maior o desemprego, mais o tráfico de drogas se apoia em pessoas dispostas, como único meio de trabalho que lhes resta, a desempenhar funções de olheiros, passadores, contatos etc. Num contexto entendido como de “aumento da criminalidade”, assiste-se a uma escalada mundial de repressão aos pobres fundada no princípio da “tolerância zero”, que criminaliza um número crescente de estratégias para ganhar a vida e atinge a todos os que não têm vez no mercado de trabalho formal. Não por acaso, como observa Wacquant, neste momento os cárceres do mundo estão abarrotados, resultado de políticas de segurança entendidas como aumento do número de instituições prisionais, do corpo policial e da truculência do aparato repressivo⁷. Nesse cenário, políticas públicas precárias, voltadas para os direitos sociais, produzem efeitos cosméticos que só pioram o quadro geral.

Nesse contexto, ações que supostamente promovem a “inclusão” disfarçam a exclusão⁸; o que aparece como exclusão não passa de inclusão marginal; projetos públicos ou privados de “resgate da cidadania”, como

⁶ Forrester (1997).

⁷ Wacquant (2001).

⁸ Por “exclusão” não se está entendendo aqui a não-participação na vida social e na lógica do capital, pois os assim designados participam, de modo inevitável e específico, da produção e da reprodução social e o fazem exatamente porque são impedidos de alguns direitos, como a educação escolar, o trabalho condignamente remunerado, cuidados médicos, moradia etc. Sua condição é de “participação-exclusão”, segundo Luiz Pereira, de “inclusão marginal”, tal como definida por José de Souza Martins, ou de “inclusão-exclusão”, como propõe Pierre Bourdieu (1997).

regra assistencialistas, enfraquecem os “beneficiados” ao transformá-los em receptores agradecidos de favores vindos dos “de cima”; procedimentos astutos de manipulação de estatísticas mentem sobre o número de beneficiários de políticas públicas e abrem espaço à culpabilização dos que não contribuem para a mágica dos números.⁹

O resultado está nas calçadas, nas esquinas e sob as pontes das cidades onde se abrigam como podem os que não podem morar; na desolação dos bairros habitados pelos destituídos; nas favelas que cresceram mais de 100% nos últimos anos; na precariedade das escolas públicas de primeiro e segundo graus, que formam, em número crescente, analfabetos escolarizados; nas filas degradantes dos que vão em busca de benefícios incertos e irrisórios, no escuro das madrugadas às portas de institutos de previdência social; nos milhares de pessoas de todas as idades e de todos os níveis de escolaridade que se aglomeram onde quer que se ofereça alguma oportunidade de trabalho, não importa o salário; nas regiões rurais e urbanas do país em que milhões sobrevivem abaixo da linha da pobreza, sem energia elétrica e sem dentes, sem saneamento básico e sem registro de nascimento, sem alimento e sem qualquer direito, não raro em regime escravo de trabalho; nos saguões e corredores de hospitais povoados de doentes em macas, em bancos ou em pé, à espera de atendimento; nas marchas de despossuídos que riscam estradas de norte a sul do país pelo direito de plantar e de colher; nos corpos assassinados – de rapazes pobres ou de famílias inteiras, quase todos negros – expostos em praça pública e oferecidos como espetáculo pela *mídia*; nas condições desumanas e humilhantes de vida em penitenciárias (que o cinismo oficial considera “reeducativas”) e em instituições de reclusão de crianças e jovens em conflito com a lei (que a desfaçatez oficial chama “fundação de bem-estar”); na violência desmedida e impune da polícia; na boçalidade da indústria cultural. A lista é interminável e perfila formas de barbárie em franco processo de multiplicação.

Por isso, discordamos radicalmente dos que afirmam que o rumo impresso às políticas públicas brasileiras não está associado à inserção do Brasil nas dinâmicas internacionais, que ele não é decorrência da existência de processos de desmonte do Estado nesse ou naquele país ou da for-

⁹ Por exemplo, criança fora da escola é culpa de pais omissos ou desonestos, que não matriculam os filhos e, portanto, devem ser submetidos às penas da lei; grupos de sem-teto que ocupam prédios desocupados são considerados “ocupadores profissionais” ou “malandros” que já têm casas alugadas; crianças e jovens que saem analfabetos de uma escola fundamental sucateada são tidos como portadores de deficiências psíquicas pessoais.

ma como as agências multilaterais enquandram o assunto, mas da dinâmica política, em especial da dinâmica local do Estado, como se no mundo globalizado as decisões econômicas nacionais nada devessem a ditames internacionais. Neste projeto, não pensamos a economia e a política como instâncias isoladas ou em relação diacrônica. Muito menos, as naturalizamos. A escolha política de aderir à lógica neoliberal e de permitir a ingerência de instituições monetárias no governo do país, acentuada desde 1994, atou as políticas públicas aos interesses do capital internacional e criou, assim, novas maneiras de viver e novos processos de produção de subjetividades. Por isso, reafirmamos os termos que fundaram esta pesquisa: é preciso considerar a lógica da economia neoliberal se quisermos entender o que se passa no país *hoje*, mesmo sabendo que os donos do poder sempre mostraram descaso pelos direitos da cidadania. Impossível negar que o neoliberalismo econômico veio somar-se à tradição brasileira, potencializou-a e imprimiu-lhe nova forma.

Os que secundarizam os rumos econômico-políticos da globalização e do neoliberalismo padecem de dois esquecimentos: desconsideram que a história é feita de continuidade e descontinuidade; orientam-se pela lógica do conformismo, que tem como mote “não está tão ruim assim”. Ao grifarem a diversidade dos resultados das políticas públicas e darem destaque a avanços qualitativos aqui e ali, em alguns municípios do país, convidam ao esquecimento da precariedade dessas políticas é regra na sociedade brasileira, agora aprofundada em tempos de horror econômico. Por isso, temos como referência teórica nesta pesquisa tanto os intelectuais brasileiros que dão destaque à história lenta da cidadania no Brasil, como os que examinam as especificidades da economia e da política nesta etapa do capitalismo internacional.

Convém não esquecer, sob pena de otimismo descabido (mas de grande proveito político-partidário, diga-se de passagem), que políticas municipais ou estaduais localizadas, que aparentemente são provas de que é possível desenvolver políticas sociais positivas, independentemente do modelo econômico em vigor, têm-se mostrado efêmeras e são rapidamente varridas pela força da tendência dominante. Exceções não mudam o quadro terrível produzido pela regra em vigor que continua e agrava o desrespeito aos direitos que sempre marcou a sociedade brasileira e que, pior, vêm dismantando conquistas realizadas a duras penas por movimentos populares na década de 1980.

Não defendemos também qualquer proposta da redução das desigualdades por meio de reformas ou de projetos governamentais ou não-

-governamentais de promoção de “igualdade de oportunidades”, velha expressão liberal que dissimula relações sociais reais que inevitavelmente promovem a desigualdade social e contém uma armadilha, ressaltada por Daniel Bertaux em *Destinos pessoais e estrutura de classe*:

Quando falamos de desigualdades fica subentendido que, de fato, estamos comparando coisas da mesma natureza. Portanto falar de desigualdades de renda é subentender que ganhar a renda como salário de um trabalho na fábrica ou como dividendos de uma bolsa de ações ou como proprietário de imóveis alugados, é tudo a mesma coisa. Outro exemplo, calcular o tempo médio de vida segundo a categoria socioprofissional é supor que 60 anos de vida como operário sem qualificação equivale a 60 anos de uma vida como funcionário ou como presidente de uma empresa. Os interessados talvez não compartilhem essa opinião (pois as taxas de suicídio não são as mesmas para todas as categorias). Em outras palavras, a problemática das desigualdades acarreta comparação *quantitativa* de coisas sobre as quais somos levados a supor a *identidade qualitativa*. (...) Ao enfatizar a desigualdade de oportunidades a ideologia meritocrática desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de *condição*, tais como resultam da estrutura de classe (...) e pretende fazer coexistir a igualdade de oportunidades e a desigualdade de condições.¹⁰

Não estamos também afirmando que as políticas públicas numa sociedade de classes são formas de garantir direitos e, por esta via, colocá-las no rumo de uma estrutura social igualitária. Ao contrário, estamos cientes de que, em sociedades estruturalmente desiguais, as políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais são estratégia ideológica de legitimação da ordem capitalista que despolitiza a maioria da população. Como assinala Baía Horta, as políticas públicas voltadas aos direitos sociais têm como finalidade diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão de desigualdade do qual ela é, obviamente, a consequência mais incômoda. Ao reconhecer os direitos sociais para todos os indivíduos-cidadãos, o Estado intervencionista escamoteia os direitos civis e políticos de cidadania e desenvolve ações que, longe de atingirem as fontes estruturais da desigualdade social, limitam-se a diminuir os riscos sociais que ela traz propondo a redução real ou mentirosa da distância de acesso a esses direitos que separa os mais e os menos contemplados na distribuição da riqueza.¹¹ O que não quer dizer que sejamos contrários às políticas públicas que visam os direitos sociais. A necessidade dessas políticas por parte

¹⁰ Bertaux (1979), p. 43-45, *passim*, grifos no original.

¹¹ Baía Horta (1983), p. 212.

do Estado é inquestionável. O que pomos em questão são as formas impositivas e meramente técnicas de realizá-las, pois se trata de uma dimensão política da vida social, que pede a ampliação da participação popular no processo decisório.

*

Tentar compreender incompreendidos põe o leitor diante do desafio de ir além das concepções cristalizadas a respeito das maneiras como vivem os que, na história brasileira, sempre foram cidadãos de deveres, em detrimento acintoso de seus direitos.

A ética da pesquisa pede, segundo Pierre Bourdieu, em *A Miséria do Mundo*, cuidado na publicação das palavras dos depoentes. É preciso protegê-las do que Bourdieu chama de “desvios de sentido”¹². Por isso, cada entrevista vem precedida de um texto curto que apresenta o entrevistado e faz assinalamentos, com o objetivo de oferecer ao leitor informações que o ajudem a *compreender* a fala dessas pessoas que se dispuseram a conversar sobre suas vidas. Mas o desafio de compreendê-las se põe também ao pesquisador. Assim, além de resguardá-los dos desvios que possam provir do leitor, a pesquisa foi construída sobre dois pilares teóricos que os preservassem da má escuta dos próprios pesquisadores: a reinvenção da pesquisa para além do cientificismo que concebe a produção de conhecimento sobre os seres humanos em termos positivistas; a consideração fundamental de que a cultura popular se produz, e só pode ser entendida, no interior das relações sociais de poder vigentes numa sociedade dividida.¹³

Quanto ao primeiro, procuramos andar na direção contrária de uma metodologia que, em nome de ilusória neutralidade dos resultados, faz do sujeito pesquisado objeto e separa-o do sujeito do conhecimento – o pesquisador. Na base deste projeto está a advertência do antipsiquiatra inglês D. Laing, em *O óbvio*: “se não agimos para com outrem como pessoa, despersonalizamo-nos a nós mesmos”¹⁴. Mas não só; ouvimos também outras falas, como a seguinte passagem de Marilena Chaui em *Experiência do Pensamento*:

A experiência é diferenciadora. (...) Abolir essas diferenças seria regressar à Subjetividade como consciência representadora que reduz todos os termos à homogeneidade de repre-

¹² Bourdieu (1997), p. 9.

¹³ *Idem*, p. 693-713, *passim*.

¹⁴ Laing (1968), p. 17.

sentações claras e distintas. Porém a diferenciação própria da experiência *não é posta* por ela: *manifesta-se* nela porque é o próprio mundo que se põe a si mesmo como visível-invisível, dizível-indizível, pensável-impensável. No entanto, a cisão dos termos, que os distingue sem separá-los e os une sem identificá-los, só é possível porque o mundo como Carne é coesão interna, é indivisão que sustenta os diferentes como dimensões simultâneas do mesmo Ser. O mundo é simultaneidade de dimensões diferenciadas. O que as artes ensinam à filosofia? Que o pensamento não pode fixar-se num polo (coisa ou consciência, sujeito ou objeto, visível ou vidente, visível ou invisível, palavra ou silêncio), mas precisa sempre mover-se no entre-dois, sendo mais importante o mover-se do que o entre-dois, pois entre-dois poderia fazer supor dois termos positivos separáveis, enquanto o mover-se revela que a experiência e o pensamento são passagem de um termo por dentro do outro, passando pelos poros do outro, cada qual reenviando ao outro sem cessar. (...) Merleau-Ponty insiste em que o artista ensina ao filósofo o que é existir como um *humano*.¹⁵

Cuidados que protejam os entrevistados da má compreensão que pode advir da leitura dos próprios pesquisadores pedem que estes últimos existam como humanos. Longe da mera técnica de coleta de dados, o que se pretende é, nas palavras de Bourdieu, uma escuta “ativa e metódica (...), tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não-diretiva quanto do dirigismo do questionário”. A obtenção de relatos orais é meio para a constituição do que Boaventura de Sousa Santos denomina “comunidade interpretativa”, na qual a pesquisa acadêmica acolhe os modos de pensar e sentir próprios do saber popular e com eles estabelece um diálogo que se quer respeitoso e construtivo¹⁶. Eni Orlandi, em *As Formas do Silêncio*, resume isto com outras palavras: “a significação se faz no espaço discursivo criado pelos (nos) interlocutores, em um contexto socioeconômico dado”¹⁷. Nem românticos, nem iluministas, afirmamos os saberes de ambos os interlocutores: os depoentes sabem coisas que os pesquisadores não sabem e estes detêm um saber a que os depoentes não tiveram acesso.

Tudo isto permeado pela busca da “situação ideal de comunicação”, definida por Bourdieu como superação da “violência simbólica que se pode exercer no mercado de bens linguísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista.” Em outras palavras, não se quis negar, mas pôr em foco a dimensão de poder que a diferença de classes instala

¹⁵ Chauí (2002), p. 165.

¹⁶ Sousa Santos (2000).

¹⁷ Orlandi (2002), p. 79.

no cerne da entrevista e a transforma, segundo expressão de José Moura Gonçalves Filho, em “encontro predatório” em que “a desigualdade não se transforma em diferença benéfica, mas cristaliza-se em relação hierárquica de soberba-inferioridade”.

Em resumo, e voltando a Bourdieu, entrevistador e entrevistado não podem ser nem muito próximos, a ponto de predominar uma comunicação cheia de implícitos ou de revelações que podem posteriormente incomodar, nem muito distantes, a ponto de haver da parte do entrevistado esforço para “dar as respostas certas” ou vergonha de sua situação, que pode levá-lo a assumir uma postura sofrida de autoculpabilização por seu destino. O que está em xeque, em suma, é a dominação que o intelectual introjetou tão profundamente que já não se apercebe dela, como assinala Alfredo Bosi em *Cultura brasileira*. O que se quer é a superação da dicotomia clássica entre sujeito e objeto do conhecimento como cisão ideológica que dissimula, como afirma Chauí, em *Cultura e Democracia*, “a divisão social sob a imagem da diferença de talentos e de inteligências” e leva os trabalhadores a acreditarem que não sabem pensar e que, portanto, não têm nada a dizer aos que têm legitimidade social para fazê-lo.¹⁸

Para resumir a atitude que quisemos imprimir à nossa ação como pesquisadores podemos lançar mão de duas fontes. Alfredo Bosi advertiu-nos das ciladas da relação da cultura universitária intelectual com a cultura popular: “só há uma relação válida e fecunda entre o artista culto e a vida popular: a relação amorosa. Sem um enraizamento profundo, sem uma empatia sincera e prolongada, o escritor, o homem de cultura universitária, e pertencente à linguagem redutora dominante, se enredará nas malhas do preconceito, ou mitificará irracionalmente tudo o que lhe pareça popular, ou ainda projetará pesadamente as suas próprias angústias e inibições na cultura do outro, ou enfim, interpretará de modo fatalmente etnocêntrico e colonizador os modos de viver do primitivo, do rústico, do suburbano”¹⁹.

Ao assinalar, na obra mencionada, a surdez das versões romântica e iluminista sobre a natureza da cultura popular, Marilena Chauí nos fez atentar para a questão da escuta fina requerida pela ambiguidade da fala do dominado: “o peso da ideologia recai mais sobre os intérpretes do que sobre os dominados. Com efeito, se ora o intérprete atribui ‘boa consciência’ ao dominado, ora lhe atribui ‘falta’ de consciência, no final das contas sempre o faz segundo o padrão de pensamento que caracteriza a ideolo-

¹⁸ Chauí (1980), p. 2.

¹⁹ Bosi (1992), p. 331.

gia, pois esta tem a peculiaridade de só ver e ouvir aquilo que já ‘sabe’ de antemão. Assim, se corremos o risco de sermos ofuscados quando incapazes de perceber os ardis da alienação, não corremos menor risco quando incapazes de ver ou ouvir o inédito sob a carapaça do costumeiro”²⁰.

*

No marco da proposta metodológica de transformação de dois polos objetificados numa relação entre pessoas, foram tomados alguns cuidados. Escolhemos sujeitos que tivessem um contato prévio com o pesquisador ou que fossem indicados por alguém que já os conhecesse, preparando o momento mais adequado à gravação dos depoimentos. Quando isso não aconteceu, surpreendeu-nos a disposição das pessoas abordadas a falar, mesmo sem essa preparação. Editamos as transcrições, não só para tornar as falas mais adequadas ao registro escrito, como para dar-lhes extensão compatível com a feitura de um livro²¹; submetemos, sempre que possível, as edições aos depoentes; analisamos detidamente o material colhido em discussões coletivas, procurando entendê-los na relação dialética entre a teoria e as falas registradas.

Desnecessário dizer, não houve intenção de cobrir todas as situações presentes em cada área. Os procedimentos adotados têm como pressuposto a desconsideração do preceito de escolha amostral de sujeitos segundo critérios de representatividade estatística. No prefácio de *O Queijo e os Vermes*, o historiador Carlo Ginzburg justifica o estudo de um único indivíduo como instrumento de compreensão do que se passa com seus pares:

Alguns estudos biográficos mostraram que o indivíduo comum, destituído em si mesmo de interesse – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro em determinado período

²⁰ Chauí (1980), p. 46-47.

²¹ No processo de edição, procuramos não descaracterizar as falas dos depoentes. Com o objetivo de facilitar a fluência da leitura e centrar a atenção do leitor no argumento do discurso, corrigimos a concordância e a ortografia, retiramos palavras e expressões repetitivas, de mera função fática, mas mantivemos tudo que conservasse a marca da oralidade e as características do falante, como, por exemplo, repetições com função argumentativa e de coesão, frases curtas, algumas regências verbais e a construção de frases do tipo tópico-comentário, comuns na linguagem oral ou em códigos de linguagem que se afastam da chamada norma culta. Na realização desta tarefa, contamos com sugestões do linguista Luiz Carlos Cagliari, docente e pesquisador da UNICAMP e da UNESP-Araraquara.

histórico. (...) Mesmo um caso-limite pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por “estatisticamente mais frequente” – seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes da cultura popular.²²

Nenhum desses procedimentos é fácil ou oferece garantias. O encontro entre entrevistador e depoente é um processo lento, cheio de armadilhas e jamais alcançado inteiramente devido, entre outras coisas, à distância entre os lugares ocupados por ambos na estrutura social. Impossível expor os passos deste processo de modo didático, à moda dos manuais de metodologia. Limitemo-nos, por ora, à exposição que fizemos até aqui dos princípios que o norteiam. Será no ato mesmo da leitura das entrevistas, dos textos que as acompanham e das considerações finais que o método se explicitará.

Em relação ao segundo cuidado – o de considerar que as falas registradas são produzidas numa realidade social concreta, feita de exploração e de opressão – não se desconsiderou a presença dessa realidade na subjetividade. Daí o apoio em teorias do sujeito que tematizam a relação indivíduo-sociedade e que interpretam a subjetividade não como entidade que nada deve às dimensões econômica e política das relações sociais, mas como resultantes de “determinantes sociais presentes nos processos mais íntimos do indivíduo”, segundo propõe Adorno²³. É isso que Bourdieu leva em consideração quando afirma que “é preciso precaver-se de fazer da família a causa última dos mal-estares que ela parece determinar (...); fatores estruturais mais fundamentais estão presentes nos fatores inscritos no seio do grupo familiar. É isso que faz com que, através do relato das dificuldades mais ‘pessoais’, das tensões e das contradições mais estritamente subjetivas, geralmente se expressem as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições”²⁴. É isso que Laing quer enfatizar quando assinala duas coisas: que para que um comportamento em pequena escala ganhe inteligibilidade, é preciso inserir a microssituação em que ele se dá em macrossituações em que ela se inclui; que esses contextos mais amplos “não existem lá fora, em determinada periferia do espaço social”, mas “penetram nos interstícios de tudo o que abrangem”²⁵.

*

²² Ginzburg (1989), p. 27-28.

²³ Adorno (1986), p. 23.

²⁴ Bourdieu, *op. cit.*, p. 591.

²⁵ Laing, *op. cit.*, p. 15.

São muitas as formas materiais de viver a injustiça e a opressão. Realizado por um grupo de pesquisadores do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, este trabalho quer contribuir para a compreensão das *formas subjetivas de vivê-las*, não para relativizar a adversidade pelo elogio ideológico da capacidade surpreendente de adaptação de abstratos “seres humanos”, mas para sublinhar que o sequestro dos direitos atinge o cerne das pessoas, causa sofrimento, requer grande investimento psíquico e pode dificultar o próprio entendimento dos determinantes reais da situação em que se encontram. É disto e de muito mais que nos falam os narradores que, a partir de agora, têm a palavra.